

IV ECSB (ST 2: Conflito social, movimento e organização das populações atingidas).

A PROBLEMÁTICA DAS NEGOCIAÇÕES TERRITORIAIS ENTRE A USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU E OS ATINGIDOS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PARANÁ

Jhones Donizetti Mendes¹

Silmara Forner Calzavara Mendes²

RESUMO

Este trabalho aborda a problemática da territorialidade, envolvendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização entre a construção da Usina Hidrelétrica e os atingidos por ela no município de Capanema até a data 20 de agosto de 2016. Tem como objetivos específicos: a) compreender os processos de desreterritorialização dos atingidos e; b) conhecer através da memória do atingido pela UHBI, o seu apego ao lugar. Para executar a pesquisa, tornou-se necessária a prática de entrevista semiestruturada para compreender a concepção do atingido sobre o problema exposto, além do acesso às outras fontes de informação. Os resultados e as discussões realizadas promoveram a maior interação sobre os processos de negociações entre o empreendimento e os atingidos, inferindo, assim, o conhecimento sobre os processos de desreterritorialização, misto de medos e com rumos incertos.

Palavras-chave: atingidos, desterritorialização, barragem.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a existência da grande quantidade de rios aproveitáveis para a geração de energia elétrica, o território brasileiro intensificou nas últimas décadas, a exploração desse

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Nível de Mestrado, Área de Concentração Espaço de Fronteira: Território e Ambiente, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, jhonesd@hotmail.com.

² Mestre em Geografia - Área de Concentração Espaço de Fronteira: Território e Ambiente, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, maria_forner@hotmail.com.

recurso natural renovável. O ser humano, ao utilizar a justificativa do “desenvolvimento” e do “progresso”, vem estimulando a construção de usinas hidrelétricas, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte.

O estado do Paraná é um dos que se destacam no setor hidrelétrico a nível nacional em virtude de sua densidade fluvial, combinados com a topografia e vazão pertinente. Um exemplo disso é o rio Iguaçu que nasce na região metropolitana de Curitiba (região leste do estado) e deságua no rio Paraná (região oeste do estado), sendo o maior rio paranaense, comportando em seu trecho cinco usinas hidrelétricas³ já operantes e a Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu⁴ (UHBI) em fase de construção, definida como a sexta e última usina a ser instalada nesse rio, acima das Cataratas do Iguaçu.

Contudo, além da discussão sobre geração de energia, há de se considerar os conteúdos polêmicos como a reorganização do espaço através da construção e instalação de usinas hidrelétricas, acarretando no processo de desterritorialização das populações atingidas⁵, que por sua vez, não devem ficar excluídos.

O objeto deste artigo é tema da pesquisa científica dos autores e tem como objetivo, compreender a problemática da territorialidade que envolve a construção da UHBI e as propriedades atingidas no município de Capanema, ressaltando como objetivos específicos: a) compreender os processos de desreterritorialização dos atingidos e; b) conhecer através da memória do atingido pela UHBI, o seu apego ao lugar.

A justificativa para a aplicação da pesquisa se dá pela necessidade em se conhecer a discussão sobre a territorialidade que envolve a construção da UHBI e as propriedades atingidas pela construção da usina, pois se de um lado da sociedade, a usina hidrelétrica é vista como sinônimo de progresso industrial, por outro lado (o dos atingidos pela UHBI), a usina é percebida como antagônica e desterritorializadora. Por meio desta reflexão, é importante saber quais são e serão os prejudicados e como se desenvolverá essa problemática, já que uma obra desta magnitude gerar-se-á, conseqüentemente, impactos socioambientais.

³ Usina Hidrelétrica Foz do Areia, no Município de Pinhão; Usina Hidrelétrica Segredo, no Município de Mangueirinha; Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no Município de Saudade do Iguaçu e Bonito do Iguaçu; Usina Hidrelétrica de Salto Osório, no Município de Quedas do Iguaçu e São Jorge do Oeste e Usina Hidrelétrica Salto Caxias, no Município de Capitão Leônidas Marques. (USINA BAIXO IGUAÇU, 2015).

⁴ Localizada entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, no sudoeste do Estado (USINA BAIXO IGUAÇU, 2015).

⁵ O conceito de “atingido” aplica-se a indivíduos, famílias, grupos sociais e populações que de modo geral, por meio da construção de barragens, sofrem com o processo complexo de mudança social que inclui deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial. Mais informações estão disponibilizadas no site: <<http://www.mabnacional.org.br/content/defini-do-conceito-atingido>>. Acesso em 03 maio 2016.

Neste sentido, é de suma importância saber como ocorre o processo de desterritorialização dos atingidos pela UHBI, para onde irão (reterritorializar-se), enfim, os processos de negociação entre a empresa e os atingidos.

Enquanto procedimentos metodológicos a serem adotados: a) far-se-á entrevistas semiestruturadas com a população envolvida na problemática (autoridades públicas, famílias atingidas e representantes da UHBI); b) registro de fotografias, imagens de satélites e mapas da situação antes da territorialização da UHBI e com a territorialização da mesma já em implantação e; c) análise de documentos específicos da problemática e suas negociações.

O artigo está estruturado da seguinte forma: o primeiro item descreverá sobre a influência da construção de usinas hidrelétricas no arranjo espacial de forma generalizada e o seu subitem focalizará a escala local da UHBI. Já o segundo item, tratará de reflexões sobre os processos de poder, territorialização, desterritorialização e reterritorialização do arranjo espacial. O terceiro item apresenta trechos da entrevista feita por um dos autores do artigo a um atingido (que utiliza pseudônimo de José Antônio⁶, sendo, portanto, todos os seus relatos, oriundos da informação verbal) que possui grande influência na comunidade local atingida em Capanema e Capitão Leônidas Marques, que será tratado como resultados e para aguçar a discussão, inclui-se trechos de entrevistas de outros atingidos relatados pelos variados meios de comunicação.

1 A CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS

De acordo com Drew (1994, p. 8), percebe-se que a capacidade do homem de modificar a natureza é limitada pelo nível da tecnologia e dos recursos econômicos de que dispõe. À medida que a sofisticação tecnológica e político-econômica aumenta, cada vez menos se torna previsível o comportamento do homem em relação à questão socioambiental.

A sociedade utiliza muito a concepção de que as hidrelétricas representam o sinônimo do progresso. Osny Duarte Pereira (1974, p. 7-8) tem o senso de que o futuro do país vincula-se à maneira de como ele enfrenta o racionamento do abastecimento de energia nos tempos atuais, assim como o elevado crescimento demográfico, êxodos e o impulso da industrialização demandam uma acelerada produção energética.

⁶ ANTÔNIO, José. **Entrevista**. [03 maio 2016]. Entrevistador: Jhones Donizetti Mendes, Capanema, 2016. Arquivo mp3 (40min57seg).

Como aponta Vainer (apud VIANA, 2003, p. 13):

A história da implantação de grandes barragens parece ser a mesma em toda a parte. Em todo o mundo a grande barragem serve ao mesmo modelo de desenvolvimento. Nos mais diversos países, o grande projeto hídrico busca impor um mesmo padrão de apropriação e uso dos recursos naturais. Nas mais variadas latitudes e coalizão de interesses políticos e econômicos que promove grandes hidrelétricas têm mais ou menos a mesma composição [...]. Similares são, aqui e ali, os beneficiários da energia gerada pelas hidrelétricas [...].

Neste viés do pensamento, Souza e Silva (2010, p. 3), caracterizam os aspectos positivos da construção de usinas hidrelétricas como: a) criação de emprego e renda; b) diminuição das desigualdades sociais; c) investimentos em infraestrutura, que por sua vez, tentava encobrir os aspectos negativos gerados pelos empreendimentos. Portanto, percebe-se como o poder do capital se manifesta através da publicidade e propaganda para amenizar e mascarar os impactos negativos.

Posteriormente, chega-se à compreensão de que a construção de hidrelétricas gerava custos socioambientais até então não previstos, deixando certa margem de incerteza quanto aos benefícios esperados anteriormente (JONG, 1997, p. 174). Ou seja, antes, cogitava-se apenas a construção de usinas hidrelétricas para alimentar a rede elétrica que impulsionava as indústrias do país, principalmente na região sudeste da federação, entretanto, não refletiam sobre os possíveis impactos a serem ocasionados até que os ambientalistas começaram a expandir suas concepções a respeito dos impactos.

Por esse e outros motivos que para o estabelecimento de grandes projetos na federação brasileira, há necessidade da realização de vários estudos com vistas a abranger os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais para que, por conseguinte, consiga a almejada autorização e licenciamento para instalação e operação (SOUZA e SILVA, 2010, p. 3).

Consoante a Müller (1995, p. 1) “não há ainda, formas conhecidas de gerar energia na quantidade exigida pelos atuais níveis de desenvolvimento, sem provocar efeitos socioambientais”. Pois, pode-se pensar que a energia produzida pela energia solar não causa impactos ao meio natural e construído, porém, ela não é considerada contínua e já as demais, causam impactos de uma forma ou de outra.

De acordo com Viana (2003, p. 22), “a permanente inundação de florestas, brejos e vida selvagem, talvez seja o efeito ambiental mais óbvio de uma barragem”, entretanto, há de se reconhecer que as barragens submergem terras extremamente férteis que abrigam

ecossistemas diversos. Afinal, considerada parte da fauna e da flora que habitam nessas áreas geralmente não conseguem sobreviver em outras regiões após o enchimento do reservatório.

Para Pereira (1974, p. 9), o Brasil vem se destacando na geração de energia hidrelétrica⁷, com o objetivo de cada vez mais construir este tipo de usina em vez da construção de usinas nucleares. Essa afirmação se embasa na abundância das condições hídricas favoráveis do território brasileiro, além de não gerar resíduos contaminantes e perigosos como ocorre com as usinas nucleares. Viana (2003, p. 12) compara a produção energética das usinas hidrelétricas com a produção das usinas eólicas, afirmando que estas produzem em quantidade inferior ao potencial das hidrelétricas.

Embora a implantação das grandes usinas hidrelétricas possa aparecer como a “chegada do estranho”, como algo assustador e instigante. Afinal, assusta por ser “novo” e vir envolto em argumentos de desenvolvimento (BORTOLETO, 2001, p. 57).

Karpinski (2007, p. 8) informa que o potencial energético do rio Iguaçu foi inventariado como “parte integrante dos Estudos Energéticos da Região Sul do Brasil (ENERSUL), entre os anos de 1967 e 1969”. Este estudo possibilitou a construção de várias das cinco maiores usinas do Iguaçu de 1970 até 1990.

De acordo com Bortoleto (2001, p. 58), “não cabe aqui negar que a implantação das usinas hidrelétricas tenha efeitos dinamizadores para o desenvolvimento regional, esses efeitos existem e necessitam de políticas e gestão adequadas para gerar o desenvolvimento.”

Segundo Müller, as usinas hidrelétricas geram “impactos socioambientais, antes, durante e depois” da construção de sua barragem, na qual seus efeitos já na fase de projeto de hidrelétrica pode se caracterizar como:

- a) o início da desestruturação social caracterizado pelo aumento das tensões sociais e pela propagação de boatos sobre as obras nas comunidades; b) transtornos à administração pública que leva ao aumento das expectativas da população local e; c) o início da desestruturação econômica motivado pela pressão antecipada sobre os recursos naturais, especulação imobiliária e rural, e a retração do mercado de trabalho (MÜLLER, 1995, p. 112).

Já na fase de construção da Hidrelétrica, pode-se gerar os seguintes impactos:

- a) alteração nas bases culturais (bens, valores e tradições); b) desestruturação social das comunidades urbanas e rurais; c) efeitos sobre o local da obra e vilas; d) transtornos à administração pública municipal; e) desestruturação econômica regional no setor primário (MÜLLER, 1995, p. 113).

⁷ Conforme Müller (1995, p. 1), “a energia elétrica gerada pela hidrelétrica, é tida como limpa, sem resíduos e sem contaminantes”.

Desse modo, o empreendedor ao se instalar em determinada localidade, terá como uma de suas obrigações se responsabilizar em indenizar⁸ os atingidos pelo projeto, garantido as condições pertinentes para a realocação em outras áreas, quando necessário (SOUZA e SILVA, 2010, p. 3).

Todavia, há de salientar que no caso dos atingidos por barragem, a indenização deve ser um valor acima do que realmente a propriedade vale, pensando amenizar o dano. Afinal, querer ofertar um valor pela propriedade com o argumento de pagar o que realmente ela vale ou um valor menor, isso se caracteriza como compra e não como indenização.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA UHBI

A UHBI tem sua sede localizada na Comunidade Rural de Marechal Lott no município de Capanema, porém, a construção da usina encontra-se entre os municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques. Quando finalizada, seu lago artificial abrangerá além destes, os municípios de Planalto, Realeza e Nova Prata do Iguaçu na região sudoeste do estado. Vale ressaltar que esta obra está sendo gerenciada pela Concessionária Geração Céu Azul, formada pela sociedade entre a empresa carioca Neoenergia, que conta com 70% das ações e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), com tem posse de 30% das ações (USINA BAIXO IGUAÇU, 2015).

Staudt (2013) relata que a barragem em construção, localiza-se à jusante das demais (cerca de 30 quilômetros à jusante da Usina Governador José Richa [Salto Caxias] e cerca de 500 metros à montante do início do Parque Nacional do Iguaçu [PNI]). Possui área de 31,63 km² de superfície e se descontar a calha do rio, a área alagada (a ser indenizada) é de 13,5 km². Começou a ser construída em junho de 2013 com prazo de término para 2016, contudo, vem sofrendo no decorrer do tempo, uma série de paralisações, sejam elas por fins judiciais por parte do poder público ou de movimentos sociais dos populares que estão sendo e que serão atingidos pela construção da barragem.

A Neoenergia (2013) disserta que a obra da UHBI “será um dos empreendimentos energéticos de menor impacto ambiental no sudeste do estado”, com a justificativa de que

⁸ A indenização é definida como uma recompensa que se obtém ou se oferta como compensação por um dano/prejuízo e/ou ofensa. Na linhagem jurídica, representa o “ressarcimento, compensação financeira obtida por perda patrimonial”, conforme o Dicio Online de Português. Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/indenizacao/>>. Acesso em 03 ago. 2016 às 16h54min.

aproveitará a calha do rio em sua maior área do reservatório, embasados pelo projeto de “fio d’água” que utiliza unicamente a natural vazão do recurso hídrico. Ao refletir sobre essa concepção, Bortoleto (2001, p. 59) argumenta que incluso nos discursos do Estado e do empreendimento privado, os impactos produzidos são reduzidos ao ínfimo perante o argumento da necessidade da produção de energia para subsidiar o crescimento da federação, haja vista que a energia produzida será consumida em locais distantes da área de produção, como é o caso da UHBI que produzirá energia para a Companhia Vale do Rio⁹.

Artuzzi (2015) relata que a concessão para construção e exploração da UHBI foi arrematada pela Neoenergia no 7º Leilão de Energia Nova A-5, evento organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no ano de 2008, possuindo esta outorga por 35 anos a contar da assinatura realizada em setembro do mesmo ano.

Segundo o projeto executivo, a UHBI terá potencial hidráulico para produção de 350 megawatts (MW), capaz de abastecer cerca de 1 milhão de pessoas. A gestão da usina fica a cargo da Concessionária Geração Céu Azul, formada pela sociedade entre a estatal paranaense Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a empresa Neoenergia, do Rio de Janeiro (USINA BAIXO IGUAÇU, 2015).

No que diz respeito às paralisações e continuações das obras da usina, o último entrave se deu por determinação da justiça federal, alegando que o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade¹⁰ (ICMBio) não autorizou a continuidade das obras porque faltaram estudos mais detalhados a respeito dos impactos ambientais da UHBI ao PNI, já que a distância entre a usina e o início do PNI é pequena (500 metros do limite do parque). A retomada das obras só ocorreu em novembro de 2015, estando aproximadamente 30% da obra concluída (USINA BAIXO IGUAÇU, 2015).

No contexto social, como a maioria das comunidades ribeirinhas nas áreas de barragens é composta de propriedades rurais, pode ocorrer a perda do acesso aos meios tradicionais de vida desses povos, criando-se a possibilidade não só de uma ruptura na economia local como, também, desloca populações do acesso a uma diversidade de recursos naturais, indispensáveis para sua sobrevivência (VIANA, 2003, p. 37).

⁹ Segundo o Blogspot Usina Baixo Iguaçu. Disponível em:< <http://usinabaixoiguacu.blogspot.com.br/p/a-uhe-baixo-iguacu-e-um-empreendimento.html>>. Acesso em 04 maio 2016.

¹⁰ O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Executa ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Disponível em:< <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>>. Acesso em 02 abr. 2016, às 19h27min.

Assim como o caso que aconteceu com a Itaipu Binacional¹¹ descrito por Ribeiro (2002, p. 22), os atingidos pela UHBI passam pela mesma sensação de incertezas e medos com respeito ao tempo em que sairão as indenizações e qual o valor que o empreendimento pagará por suas terras. O caso da UHBI no quesito de negociações de valores da terra faz muito lembrar Itaipu nas leituras de Ribeiro, já que em ambas as negociações, o diálogo por parte dos atingidos sempre revela que o preço da terra é apresentado com valor ínfimo ao que realmente vale no mercado.

Portanto, a instalação desta hidrelétrica pode afetar tanto os aspectos sociais quanto os aspectos ambientais. Como aspecto social, tem destaque o processo de desterritorialização e migração dos proprietários rurais das propriedades ribeirinhas ao rio Iguaçu, assim como, modificações nas relações de vizinhança, na oferta de trabalho e nos modos de vida da população afetada em função das desapropriações e realocações que a implantação da usina impõe. Esses processos reorganizam o arranjo espacial, influenciando nas relações de dependência com o território e os usos dos recursos, assim como na situação de vulnerabilidade social de grupos sociais específicos como os agricultores familiares atingidos. E ainda há a problemática da falta de acordos entre os gestores da UHBI e as famílias que são e que serão atingidas pela obra.

2 A TERRITORIALIDADE EM QUESTÃO

A construção de uma usina hidrelétrica em determinada área é um bom exemplo para introduzir a discussão sobre os conceitos de espaço e território, já que ela se apropria do espaço, exerce suas relações de poder e cria sua territorialidade. Isso conseqüentemente, acarreta na desterritorialização do atingido.

Ao refletir sobre as concepções do território, percebe-se no objeto de estudo que há diversas organizações políticas envolvidas que mantêm relações de dominação e regulação, o que é bem característico da Geografia Política, pois aborda através da dimensão privilegiada jurídico-política, os limites político-administrativos do território em questão.

¹¹ Segundo Ribeiro (2002, p. 22) “o que mais preocupava os moradores da área a ser atingida pelo reservatório, agricultores e pequenos comerciantes, era o fato de não saberem quando as indenizações iriam acontecer nem quanto receberiam por suas propriedades”.

Conforme Haesbaert (2012, p. 15), compreende-se genericamente a territorialização como sendo o conjunto das variadas formas de “construção e apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo da subjetividade”. Esta reflexão explica como o empreendimento se apodera do espaço e cria o seu território.

Para Galvão, França e Braga (2009, p. 43), o sistema se constrói por meio de atores e suas respectivas relações de poder, cujos quais produzem dinâmicas sociais que manifestam as características de cada território, determinando as limitações, assim como as transposições destas fronteiras políticas e administrativas por meio das redes.

Em muitos casos, o interesse nacional contra os interesses de grupos locais acaba expondo as relações de poder no território, de forma que o estado apoia muitas vezes as ações de consórcios privados e de outro, a dissolução dos interesses das comunidades simples (CASTRO, 2009, p. 16). No caso dos atingidos pela UHBI, o estado possui 30% das ações da usina.

A usina, ao se instalar no espaço que até antes era território do proprietário ribeirinho, gerará impactos no arranjo espacial, seja através da chegada do grande número de imigrantes vinculados à obra para trabalhar e por meio da expulsão das famílias das áreas de inundação para a formação do lago, demonstrando o seu poder (MÜLLER, 1995, p. 271).

No entanto, a repercussão social dessa emigração forçada atinge outras populações de forma indireta, como acontece com o comércio, localizado próximo à área desocupada, que segundo Müller (1995, p. 271) “perderá sua clientela e nos locais que recebem repentinamente os relocados, criando a demanda por terras, serviços e mercado”, afetando significativamente os processos produtivos.

Sendo assim, “o território torna-se construído a partir das relações social-históricas e, portanto, de relações de poder” (PLEIN et al., 2009, p. 50). Mas além do território ser moldado pelas relações de poder, deve-se compreender, conforme a concepção de Saquet (2007, p. 83), que como o território encontra-se em constante movimento, ele não é estático, já que: “[...] o território é fluxos, movimento, mudanças e permanências, desterritorialização e reterritorialização”.

Robert David Sack (apud PLEIN et al., 2009, p. 52), detalha bem a ideia de que territórios são construídos socialmente e seus efeitos e resultados é que dependem de quem está controlando quem e para quais propósitos.

Ainda é necessário lembrar que todo território, é antes, espaço geográfico, logo:

O espaço geográfico é sinônimo de poder, e a informação sobre o espaço é um poder sobre dada porção deste, a que chamamos de território. Pode no sentido de controlar suas fronteiras e recursos naturais que, por conseguinte, oferece condição de governar e traçar suas estratégias sobre o coletivo social com intuito de alcançar suas metas (BECKER apud PICINATTO et al., 2009, p. 73).

Portanto, o espaço é compreendido como estrutura autônoma ou como reflexo das relações sociais de produção. Souza (2000, p. 78), afirma que toda minimização do poder é um convite à manifestação nas suas mais variadas formas. O autor também concorda que o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”, sendo, portanto, um instrumento de exercício de poder que identifica quais são os dominadores ou os influenciadores desse espaço e como fazem.

O parágrafo acima caracteriza bem a problemática da territorialidade envolvendo a construção da UHBI e os atingidos pela barragem, uma vez que os atores atingidos tiveram a redução do seu território e até mesmo a desterritorialização completa de alguns espaços, afinal, foi através desta problemática que se desenvolveram algumas manifestações¹².

Harvey (apud HAESBAERT, 2000, p. 166) afirma que “o domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais, a fim de exercerem um maior grau de controle”. Essa passagem ilustra bem o caso do atingidos que se manifestaram com respeito à violação de seus direitos pelo empreendimento, mas tiveram que sair do local da obra após uma ordem judicial¹³.

Ao resgatar os ensinamentos de Haesbaert (2000, p. 170), compreende-se que “a mudança social é caracterizada pelo movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, sendo uma tríade”. Sobre essa tríade o autor expõe o seguinte argumento:

A tríade nada mais é do que um recurso analítico para apreender distinções dentro de um amplo *continuum* que se estende desde a territorialização mais fechada e enraizada dos *territorialismos*, como predominava entre as sociedades tradicionais até a desterritorialização mais extrema em que os indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como em muitos acampamentos de refugiados e grupos de sem teto.

¹² (SEGHATTI, 2013). Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/07/agricultores-protestam-e-param-obras-da-usina-do-baixo-iguacu.html>>. Acesso em 18 abr. 2016 às 21h13min; (WURMEISTER, 2013). Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/10/atingidos-pela-usina-do-baixo-iguacu-reivindicam-indenizacoes-maiores.html>>. Acesso em 10 mar. 2016 às 09h43min.

¹³ Segundo Wurmeister (2013). Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/09/atingidos-pela-usina-do-baixo-iguacu-ocupam-canteiro-de-obras-no-parana.html>

Antes de ser atingido, o proprietário ribeirinho exercia seu trabalho seja familiar ou por meio de arrendamentos, de forma tranqüila, mas por consequência da instalação do empreendimento em sua área, alguns já foram desterritorializados e outros ainda estão sofrendo o processo de pressão para que a desapropriação ocorra. Além da desterritorialização, o que gera medo nos atingidos é a incerteza do que virá. Para alguns que já foram desapropriados, relataram que suas reterritorializações ocorreram de forma triste, já que não queriam sair de sua propriedade e o capital que receberam mal deu para comprarem uma propriedade de mesma proporção¹⁴.

Segundo Haesbaert (2000, p. 199), a desterritorialização quantifica, massifica o desenraizamento, enquanto a reterritorialização, qualifica, identifica e distingue o enraizamento. Portanto, a negociação das desterritorializações se torna extremamente sensível, como por exemplo, quando não há a possibilidade de acordos haja vista a ausência da comprovação da documentação de propriedade de forma regular e a não concordância do valor de avaliação do bem indenizado (CASTRO, 2009, p. 14).

Souza (2010, p. 5) afirma que mais cedo ou mais tarde, o atingido deverá tomar uma posição frente à problemática dos deslocamentos compulsórios e as indagações a ela inerentes, com a decisão de emigrar logo ou esperar para ver o que o destino prepara, afinal, ainda pode haver esperança de ficar em sua propriedade.

Conforme Haesbaert (2000, p. 172-173), o êxito da difusão de uma inovação acarreta na desterritorialização, na qual o seu prosseguimento leva a uma reterritorialização e por suposto, uma territorialidade atual e “um novo conjunto de relações frente à exterioridade e à alteridade”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados preliminares e discussões aqui expostos estão pautados através da entrevista semiestruturada de um dos autores do artigo, feita ao Sr. Antônio e de outros relatos encontrados nos meios midiáticos.

Como citado anteriormente, o setor hidrelétrico utiliza-se dos meios midiáticos para expor os impactos positivos que obtiveram êxito, trabalhando com a implantação de uma

¹⁴ Este pensamento está relatado na entrevista de Antônio.

usina como sinônimo de progresso, desenvolvimento, fonte de trabalho e assim por diante. No período atual, é comum ouvir nas emissoras de rádio propagandas dos benefícios que o processo de construção da UHBI trouxe para o município de Capanema. Não só em emissoras de rádio, como em matérias impressas em jornais, como a edição de 12 de agosto de 2016 do “O Trombeta” (2016, p. 12), com o título de que “Capanema se posicionou em 6º lugar na geração de empregos no Brasil”.

Ainda ressalta que o município citado liderou a geração de empregos no primeiro semestre de 2016 no estado, sendo fruto, principalmente, da construção da UHBI, empregando mais de 2.519 trabalhadores só no primeiro semestre. Portanto, os impactos positivos tentam amenizar e mascarar os impactos negativos.

Perante o levantamento bibliográfico, percebe-se que o processo de construção da UHBI se deu em 2013, tinha prazo de término para 2016, entretanto, em virtude de uma série paralisações que sucederam neste período, tornou-se impossível o cumprimento do prazo, postergando para 2018 o início da operação da usina.

O que se verificou desde 2013 até os tempos atuais é que o conflito ocorre por falta de acordo entre o valor da terra e das benfeitorias, assim como as formas de reassentamento e formas de indenização para com os atingidos.

3.1 A CONCEPÇÃO DO ATINGIDO...

Enquanto aspecto social, os atingidos ao perceberem que determinadas áreas de suas propriedades serão alagadas e ficarão permanentemente submersas pelo represamento da usina, nem todos ficaram contentes pelo valor do hectare que os administradores do empreendimento querem pagar e não entraram em acordo:

Mesmo após 28 reuniões realizadas entre a Neoenergia, que detém a maioria da participação no consórcio, e a Comissão de Atingidos pelas obras, desde o início do projeto, não há valores definitivos nem resoluções em relação aos reassentamentos das famílias satisfatórios. De acordo com o representante dos agricultores familiares da região, Sidnei Martini, a empresa tem pagado pelas propriedades valores até 50% mais baixos do que realmente valem (COELHO, 2014).

Wurmeister (2013) entrevistou o agricultor Sidnei Martini¹⁵, na qual ele expôs sua opinião sobre o valor da terra, pois para ele: “[...] este valor é um terço do que vale a propriedade. As pessoas não estão conseguindo encontrar áreas de terra para plantar com esse valor aqui na região. A situação está caótica. Muitos arrendatários estão sem terra hoje porque não têm onde plantar”. Sendo assim, os arrendatários também serão atingidos. Capanema possui cadastrado no cadastro socioeconômico 273 famílias que serão atingidas.

O depoimento de Antônio (2016) explica bem a proposta do caderno de preços:

A proposta do caderno de preços era 25% do valor do preço de mercado da época, por exemplo, se a terra custasse R\$ 100.000,00, veio uma proposta que pagasse R\$ 25.000,00 por alqueire e aí já não foi aceito e aí com vários argumentos aí conseguimos quebrar o caderno de preços, refazer o caderno de preços.

Conforme já estudado, essa forma de pagamento não deve ser considerada como indenização, uma vez que a indenização deve ser um valor maior para reparar o dano, afinal, se a usina não tivesse sido implantada, o proprietário da terra continuaria com sua vida como estava e não ocorreria todo esse estresse.

No que diz respeito em como o empreendimento conseguiu ingressar no território destes agricultores, Antônio (2016) relata que:

No início apresentaram um valor “X” do caderno de preços e um termo de acordo assinado por uma associação que existia na época. Mas as lideranças da associação viram que o preço das terras estava muito baixo, mas a empresa no jogo de cintura, falou que iriam negociando esse valor, em contrapartida, os associados permitiram que eles entrassem para fazer a demarcação onde vai ser implantado o projeto de construção da usina, e aí, então... Eles permitiram, depois que permitiram, a empresa conseguiu levantar todos os dados dos proprietários, matrícula, mapa, todos os dados, pontos geográficos e tal, fez a demarcação.

Portanto, através do linguajar rebuscado foram aos poucos conseguindo as informações para então, delimitarem o território e fazer a expropriação (desterritorialização deste atores atingidos na área onde se instalou a sede administrativa da barragem).

No que diz respeito em saber se alguém já foi indenizado, Antônio (2016) informou que oito famílias foram desterritorializadas do espaço do canteiro de obras, sendo que três famílias ainda lutam por receber o valor da propriedade, pois a empresa alega que falta documentos por parte das famílias, contudo, não dá celeridade ao processo de quitação da propriedade.

¹⁵ Proprietário ribeirinho atingido, residente na Comunidade Rural de Marechal Lott em Capanema e representante do MAB.

Outra questão que gera bastante polêmica é o fato do empreendimento utilizar o valor do caderno de preços de 2013 para fazer os acertos neste ano, tendo em vista que há necessidade da correção da inflação, contudo, a empresa nega fazer a correção com o argumento de que os preços que ela apresenta condizem ao valor real (ANTÔNIO, 2016).

No que se refere às formas de reterritorializações, ou o empreendimento: a) paga o valor que acha justo; b) dão uma carta de crédito¹⁶ ao atingido e; c) reassentamento (ainda não há planejamento em curto prazo para área para reassentamento) (ANTÔNIO, 2016).

Após o início das obras, nenhum programa socioambiental tinha sido implantado, assim como várias famílias foram excluídas do Plano Básico Ambiental e criticaram que o caderno de preços para a indenização que querem pagar é de valor inferior ao preço de mercado, além de ressaltar que nenhuma área de reassentamento foi indicada. À vista disso, os atingidos querem que acatem estas exigências para findar o acordo, conforme detalha o MAB (2013a):

[...] Termo de Acordo que contemple: a) Indicação de áreas para reassentamento; b) Imediata solução dos problemas das famílias do canteiro de obras; c) Novas regras de enquadramento das famílias para garantia dos direitos; d) Proposta de garantia de indenização para agroindústria e comércio e; e) Novo caderno de preços.

O MAB expõe sua manifestação crítica à UHBI ao referenciar a situação como mais um caso de casamento entre o capital transnacional e o estado brasileiro. O caso mais agravante referiu-se às 11 famílias que continuavam no espaço da obra, onde ao lado de suas residências ocorreram derrubadas da vegetação, explosões e outros trabalhos no perdurar do dia (MAB, 2013b). Isto mostra como o espaço vai sendo ocupado por quem detém o capital, reterritorializando este espaço e desterritorializando o atingido.

Por causa do início da obra, o agricultor familiar Paulo Dilmar Blokner (apud VIEIRA, 2014) teve que retirar sua criação do local, contudo, até o dia 13 de março de 2014, o mesmo não tinha sido indenizado e ele afirmou que dependia dessa criação para tirar seu sustento.

Antônio (2016) revela que “o caderno de preços contesta terra, benfeitorias produtivas e improdutivas, tudo o que existe na propriedade”, era calculado pelo empreendimento, mas

¹⁶ É o valor de R\$ 250.000,00 para ao atingido escolher uma propriedade, à compra, porém ela fica penhorada pela empresa por dez anos, depois ela será do atingido, expedindo nesse tempo o referido documento de proprietário.

que este utilizou-se de tática para mascarar alguns assuntos, na quais os atingidos seriam os maiores prejudicados:

[...] o empreendimento melhorou o preço da terra e em contrapartida, ela diminuiu o preço das benfeitorias reprodutivas e produtivas que ficou meio maquiada porque o foco dos atingidos na época era o valor da terra e que foi percebido isso quando eu vi que minha plantação de abacaxi que o pé estava valendo R\$ 2,75, quando teve a nova revisão da empresa, veio para R\$ 2,00 e ainda tinha que ser tecnificada e não poderia ser convencional, entende? Então a minha não era tecnificada, então valeria menos de R\$ 2,00 ainda, então, teve essa contradição que a própria empresa manipulou para ter menos custos.

Ou seja, o empreendimento elevou o valor da terra para ludibriar os atingidos e fazerem pensar que elevaram o valor da propriedade, contudo, descontariam bem mais nas benfeitorias, induzindo o atingido ao prejuízo.

Antônio (2016) argumenta sobre o método de indenização por parte da empresa como algo ilusório, já que querem pagar um valor a preço de mercado ou inferior ao mesmo: “a empresa vem dizendo que vai fazer as indenizações com base no preço de mercado, então... preço de mercado é preço de mercado... não é indenização! É compra e venda”. Ainda destaca que:

Indenização é algo superior ao valor do mercado... Algo que alguém vá fazer que tem que compensar por você sair dali... Vamos dizer assim... Você está sendo obrigado a sair daquela região, do local, daquela propriedade, daquela casa, enfim... Isso não é levando em conta, porque não é feita a palavra indenização... Não tem o mesmo sentido (ANTÔNIO, 2016).

Assim como ele relata que os valores oferecidos não são suficientes para reconstruir sua propriedade, como declara:

[...] Então, quer dizer, ele estava recebendo R\$ 300.000,00 pela terra e pela benfeitoria que tinha encima e só para refazer a benfeitoria ele teria que gastar o valor de tudo isso para refazer a benfeitoria, quer dizer, estaria perdendo a terra (ANTÔNIO, 2016).

Outra situação remete a como o empreendimento quer ter domínio sobre a propriedade do atingido uma vez que usa o argumento de que se “[...] tiver uma casa nova lá, eles vão dizer que você não deveria ter construído uma casa nova porque sabia que o empreendimento estava chegando, você está usando de má fé e querendo extorquir dinheiro da empresa”, mas se você possui uma casa velha, eles descontam o valor nos mínimos detalhes, como em pinturas, reboco, chapiscos, telhados, tipos de madeira, de um modo que se vender aquela

propriedade, o valor recebido não dará para construir outra do mesmo tamanho (ANTÔNIO, 2016).

Conforme relato Antônio (2016), no dia 10 de maio de 2016 teriam uma reunião na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques que envolveria representantes dos atingidos e os representantes do empreendimento da Neoenergia, para acordar valores na tabela de preços e decidir sobre as formas de indenizações. Aconteceu que no dia, só compareceram para a reunião os representantes dos atingidos. Isto causou no movimento dos atingidos uma concepção de falta de consideração e compromisso por parte do empreendimento.

Portanto, neste mesmo dia, fizeram a queima de pneus na rodovia BR 163¹⁷ nos dois lados da ponte localizada no município de Realeza, deixando passar o fluxo de veículos de saúde, alimentos perecíveis. Não trancaram a pista permanentemente, pois liberavam suas vias para o fluxo de veículos passarem a cada tempo. A manifestação com cerca de 250 atingidos levou até o período vespertino e ocorreu de forma pacífica (O TROMBETA, 2016a).

Conforme matéria do Jornal O Trombeta (2016a), os atingidos reclamam que a empresa já fez outros cancelamentos de reuniões de negociações anteriormente agendadas e tem agido com o intuito de pressionar as famílias à permitirem o acesso de funcionários e técnicos. Esta mesma concepção é afirmada nos relatos do atingido Antônio (2016).

O consórcio empreendedor apenas afirma que cancelou a reunião porque não concluiu os estudos necessários. Entretanto, a entrevista de Antônio (2016) expõe a concepção de que estão enrolando e enquanto isso, os atingidos sofrem com as incertezas do futuro.

No dia 17 de maio, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniram-se o Coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Arcebispo de Curitiba, Dom José Antônio Peruzzo; autoridades do poder judiciário; prefeitos; vereadores; Copel e o Governador do Estado do Paraná, com vistas a decidirem o findar das negociações que já duram anos sem uma solução. Os atingidos expressaram suas concepções de angústias e desespero em que se encontram. Pois, ainda há famílias que foram desapropriadas e ainda não receberam suas indenizações.

Conforme o Jornal Folha de Capanema (2016) no dia 06 de junho, os agricultores voltam a ocupar o canteiro de obras da UHBI com os mesmos argumentos das demais reuniões e manifestações. O Consórcio marcou reunião no dia 02 de junho e novamente não

¹⁷ A rodovia liga as regiões oeste e sudoeste do estado.

compareceu. Já é a terceira vez que os atingidos ocupam o espaço que a hidrelétrica está sendo construída e sempre essa ocupação se dá por integrantes do movimento vindos dos cinco municípios atingidos.

Antônio (2016) afirmou que 273 famílias de Capanema serão atingidas pela formação do reservatório e explicitou de forma detalhada como o empreendimento avalia de forma inferior as propriedades e benfeitorias, o que gera a falta de acordo para sanar o conflito.

Para Viana (2003, p. 37), “essa forma de deslocamento destitui a população de seu meio de produção e os desloca de sua forma sócio-cultural de existência”. Portanto, o termo ‘atingido’ define as populações que enfrentam um tipo ou outro de deslocamento, tendo que emigrar de seu local de origem por motivos de força maior.

A migração de cada um é tanto física quanto psicológica, permitindo a migração das esperanças e medos. Na reterritorialização, as relações com quem ficou vão sumindo. A migração é o rompimento parcial com o lugar deixado. De acordo com Goettert (2008, p. 268), a migração também é a transposição de situações de lá para cá. O fazer-se é, também, um sempre refazer-se.

As negociações para a retirada da população com a compra das propriedades estão se dando de forma coletiva e individual. Em Capanema está ocorrendo mais na forma individual, já que ela é mais vantajosa para a UHBI. De acordo com Viana (2003, p. 36), a escolha por uma negociação individual, sendo proprietário por proprietário, ao contrário de uma negociação coletiva, visa claramente barrar ou dificultar a discussão e organização coletivas. Já que para a empresa, a população não existirá enquanto coletividade/comunidade, e sim apenas, “como um somatório de proprietários indivíduos”.

Esta reflexão também ocorre com os atingidos pela barragem em Capanema porque a individualidade facilita a falta de conhecimento do agricultor, a falta de dado técnico, na qual Antônio (2016) relata que “grande parte dos atingidos é leiga nesse conhecimento, a empresa vem com todo o aparato técnico, sociólogos, psicólogos, de língua afinada, boa lábia e vai levando e consegue atender parte do objetivo”.

No dia 26 de abril deste ano reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques¹⁸, os representantes dos atingidos e os representantes do empreendimento e demais autoridades envolvidas se reuniram para deliberar sobre o Termo de Acordo, contudo, os atingidos solicitaram que antemão que a reunião cessasse, tendo em

¹⁸ Conforme Ata de Reunião de Assuntos da Baixo Iguaçu de 26 abr. 2016.

vista que o acordo anterior não tinha sentido, já que no dia 25 do mesmo mês os representantes do empreendimento não compareceram, transparecendo o descaso por parte do consórcio, assim como os atingidos alegaram também que no termo de acordo anterior da reunião do dia 17 de setembro deste ano, que já haviam aprovado alguns tópicos e que neste novo termo, alguns tópicos foram excluídos sem a ciência dos atingidos, portanto, foi adiada a reunião e remarcada para o dia 10 de junho deste ano.

Vale esclarecer que além da população diretamente atingida, populações que vivem à montante e à jusante da barragem também são afetadas, com a concepção que de alguma maneira, utilizam os recursos tais como: rios, florestas, pastos, estradas, extintos pelo projeto.

Segundo Maciel (2016), o chefe da Casa Civil Valdir Rossoni e o secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, vistoriaram na sexta-feira do dia 22 de julho de 2016, as áreas que poderão ser utilizadas para reassentar os agricultores atingidos pela construção da UHBI. Como o empreendimento é de sociedade mista, os representantes do Governo do Estado atuam como mediadores das negociações entre os atingidos e o empreendimento. Segundo Rossoni, (apud MACIEL, 2016) “[...] nossa tarefa é de intermediação. Vamos tentar encontrar a melhor solução para os impasses”.

Conforme o jornal “O Trombeta” (2016b), no dia 11 de agosto de 2016, agricultores e representantes do Consórcio Baixo Iguaçu voltaram novamente a se reunir em Curitiba para mais um acordo a ser apresentado. Entretanto, a justificativa para não ocorrer a reunião foi de que o presidente da empresa que iria responder as dúvidas dos agricultores, por motivo de viagem, não poderia se fazer presente. Com esta reunião, totalizam-se 33 reuniões realizadas entre agricultores e o Consórcio.

O mesmo jornal ainda ressalta que “[...] há quase 4 anos nenhuma resposta concreta foi apresentada, principalmente as indenizações que deverão ser pagas aos mesmos”. Os agricultores, portanto, recorreram ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa do Paraná para mais uma vez, procurar resolver pacificamente esta problemática.

O agricultor José Carlos dos Santos (O TROMBETA, 2016b), trabalha com gado leiteiro, se manifesta sem saber que rumo tomar, pois em sua propriedade já foram postas estacas para a demarcação do lago artificial. Do mesmo modo, a agricultora Elaine Fátima, também tem esse sentimento de medo e incertezas do que o futuro reserva, já que foram quase 4 anos de negociações e ainda não se tem a resolução do problema.

Portanto, para os atingidos, ainda restam incertezas e medos do que irão encarar adiante, afinal, migrar significa um recomeço de vida em um novo lugar (de destino), tendo

em vista que as visões velhas se acumulam às questões novas como relata Goettert (2008, p. 268).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste levantamento de informações, foi possível compreender como o processo de construção da UHBI modificou o arranjo espacial no município de Capanema, influenciando no presente e no futuro das cidades mencionadas. Compreendeu-se que todo processo de barragem traz impactos nos mais variados aspectos (sociais, econômicos, ambientais e culturais). Foi de grande valia compreender o lado da desterritorialização que a construção de uma usina cria, afinal, muito se observa e ouve nos noticiários sobre a usina enquanto sinônimo de progresso, porém, poucos sabem da problemática gerada sobre o atingido. Também vale mencionar a importância em saber como está desenvolvendo os acordos com respeito à terra e como pensam os negociadores.

Este estudo contribuiu para levantar argumentos de comprovação que o ribeirinho é o atingido e vítima da situação, pois estava em sua propriedade e foi a usina que chegou causando conflito e não ele. Tendo o conhecimento que neste estágio, a usina está em processo de construção e tudo o que o atingido almeja é o devido acerto do valor de sua propriedade, já que continuar nesta terra será impossível com a formação do reservatório.

Portanto, nesse processo de desterritorialização, perde-se a propriedade, contudo, ficam as lembranças do apego a um lugar marcado pelo trabalho familiar, pelas tradições e culturas. Quanto ao processo de reterritorialização destes atingidos, poucos foram reterritorializados e os que ainda não reterritorializaram, só restam incertezas, medos e esperanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agricultores voltam a ocupar canteiro de obras da Usina Baixo Iguaçu. **FOLHA DE CAPANEMA**. Capanema, 08 jun. 2016. Geral, Ed. 105, p. 06.

ANTÔNIO, José. **Entrevista**. [03 maio 2016]. Entrevistador: Jhones Donizetti Mendes, Capanema, 2016. Arquivo mp3 (40min57seg).

Atingidos da Usina Baixo Iguaçu bloqueiam BR 163 em Realeza. **O TROMBETA**. Capanema, 13 maio 2016a. Regional, Ed. 1290, p. 25.

Agricultores atingidos com a construção da Usina Baixo Iguaçu buscam apoio da Defensoria e Ministério Público. **O TROMBETA**. Capanema, 19 de agosto de 2016b. Regional, Ed.1304, p. 09.

ARTUZZI, Leandro. As obras da Usina Baixo Iguaçu Serão Retomadas. **RBJ Capanema**, Capanema, 20 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.rbj.com.br/geral/obras-da-usina-baixo-iguacu-sera-retomadas-0427.html>>. Acesso em: 01 maio 2016 às 23h58min.

ATA DE REUNIÃO DE ASSUNTOS DO BAIXO IGUAÇU. Assembleia realizada no dia 26 abr. 2016. Capitão Leônidas Marques.

BORTOLETO, Eliane Mundim. **A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos**. Geografares, Vitória, [s. n.], jun. 2001, p. 53-62. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/geografares/article/download/1140/838>. Acesso em 29 abr. 2016 às 10h45min.

CASTRO, Bruno Leonardo Gonçalves. **Crítérios socioambientais de reposição de perdas e realocização para atingidos por barragens: um estudo sobre o povoado de Palmatuba/TO**. Dissertação de (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, mar. 2009. 145 p.

COELHO, Thaianne. Atingidos por barragem da UHE Baixo Iguaçu pedem revisão de indenização. **Editora Brasil Energia**, Rio de Janeiro, 03 jul. 2014. Disponível em: <<http://energiahoje.editorabrasilenergia.com/news/eletrica/hidro/2014/07/atingidos-por-barragem-da-uhe-baixo-iguacu-pedem-revisao-de-indenizacao-458660.html>>. Acesso em 03 mar. 2016 às 10h30min.

DREW, David. **Processos interativos Homem-Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1994. 205p.

GALVÃO, Ana Júlia Gagliotto; FRANÇA, Francieli Mezzomo; BRAGA, Luiz Carlos. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 33-46.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 488 p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012. 186 p.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 165-204.

JONG, Geraldo M. de. As Grandes obras hidrenergéticas: contribuições para a análise de seus efeitos regionais. In: SOUZA, Maria Adélia A. de et al. (Orgs.). **O novo mapa do mundo:**



natureza e sociedade de hoje – uma leitura geográfica. 3 ed. Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 174-181.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória:** relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2011). Dissertação para o título de (Mestre em História). UFSC, Santa Catarina: [s. n.], Florianópolis, 2007. 142 p.

KOBIYAMA, Masato et al. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos.** Florianópolis: Organic Trading, 2006. 124 p.

MACIEL, Solange. Comissão vistoria áreas que podem realocar atingidos pela usina Baixo Iguaçu. **PP NEWS.** Publicado em 23 jul. 2016. Disponível em: <<http://ppnewsfb.com.br/noticia/14705/comisso-vistoria-reas-que-podem-realocar-atingidos-pela-usina-baixo-iguau>>. Acesso em 20 ago. 2016 às 17h12min.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O Instituto.** ICMBio. Brasília. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>>. Acesso em 23 dez. 2015.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Definição do conceito de atingido.** São Paulo, 11 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/defini-do-conceito-atingido>>. Acesso em: 03 maio 2016 às 13h25min.

_____. **Atingidos não se intimidam com Interdito Proibitório.** São Paulo, 10 set. 2013a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-n-se-intimidam-com-interdito-proibit-rio>>. Acesso em 03 maio 2016 às 20h49min.

_____. **A Revolta dos Atingidos da Usina Baixo Iguaçu.** São Paulo, 18 set. 2013b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/video/revolta-dos-atingidos-da-usina-baixo-iguau>>. Acesso em 28 abr. 2016 às 20h46min.

_____. **Atingidos por Baixo Iguaçu realizam debate sobre direitos.** 16 out. 2013b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-baixo-iguau-realizam-debate-sobre-direitos>>. Acesso em: 03 maio 2016 às 10h45min.

MÜLLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento.** São Paulo: Makron Books, 1995. 407 p.

NEOENERGIA. UHE Baixo Iguaçu. **Neoenergia,** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.neoenergia.com/Pages/%C3%81reas%20de%20Neg%C3%B3cio/UHE-Baixo-Igua%C3%A7u.aspx>>. Acesso em 20 abr. 2016 às 10h34min.

PEREIRA, Osny Duarte. **Itaipu:** prós e contras. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 1974. 377 p.

PICINATTO, Antonio Carlos et al. Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 67-77.

PLEIN, Ivonete Terezinha Tremea et al. Territórios e territorialidades na perspectiva de Robert David Sack. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 47-66.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Coleção Thésis. Cascavel: Edunioeste, 2002, 116 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 1-98.

SEGHATTI, Cassiane. Agricultores protestam e param as obras da usina do Baixo Iguaçu. **RPC Oeste e Sudoeste**, Cascavel, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/07/agricultores-protestam-e-param-obras-da-usina-do-baixo-iguacu.html>>. Acesso em 18 dez. 2015 às 21h13min.

SOUZA, Camila Louise de; SILVA, Vicente de Paulo. **Grandes projetos de investimentos**: da construção/destruição de territórios à problemática dos deslocamentos compulsórios. AGB. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. 2010. Porto Alegre. 25-31 jul 2010, 11 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-94.

STAUDT, Felipe. Baixo Iguaçu: Copel terá 30% da Usina. **Viva CLM**, Capitão Leônidas Marques, 20 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.vivaclm.com.br/2013/06/baixo-iguacu-copel-tera-30-da-usina/>>. Acesso em 02 maio 2016 às 21h03min.

WURMEISTER, Fabiula. Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu reivindicam indenizações maiores. **RPC Oeste e Sudoeste**, Foz do Iguaçu, 10 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/10/atingidos-pela-usina-do-baixo-iguacu-reivindicam-indenizacoes-maiores.html>>. Acesso em 10 mar. 2016 às 09h43min.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes Barragens, Impactos e Reparações**: Um Estudo de Caso sobre a Barragem de Itá. 2003. 191p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/RaquelDeMattosViana.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2016 às 07h01min.

VIEIRA, Nileide. Eles querem que a Copel compre a briga. **CGN**, Capanema, 13 mar. 2014. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/84338/eles-querem-que-a-copel-compre-a-briga>>. Acesso em 10 jan. 2016 às 10h21min.

USINA BAI XO IGUAÇU. Blogspot. **Usina Baixo Iguaçu**, Capanema, 14 dez. 2015. Disponível em: <<http://usinabaixoiguacu.blogspot.com.br/>>. Acesso em 01 maio 2016 às 12h39min.